

ACTA DA REUNIÃO DO CLAS

REDE SOCIAL DO CONCELHO DE CASTRO VERDE

Aos oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete reuniu na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, em Castro Verde, pelas quinze horas, o Conselho Local de Acção Social do Concelho de Castro Verde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM - Aprovação da Acta da reunião anterior;

PONTO DOIS - Análise e emissão de parecer técnico sobre as candidaturas apresentadas ao PARES, pelas IPSS's do Concelho;

PONTO TRÊS - Outros assuntos de interesse.

A reunião contou com a presença dos conselheiros que constam da lista de presenças que se anexa como parte integrante da presente acta.

Depois de estarem reunidas as condições, deu o presidente início aos trabalhos, pelas quinze horas e trinta minutos começando por justificar aos presentes o porquê da convocatória para esta reunião e que nas sua próprias palavras passa por robustecer as candidaturas com o Parecer do CLAS, apesar de este não ser, no momento, uma exigência formal por parte do Instituto da Segurança Social. Em fase posterior, este organismo irá solicitar ao CLAS a emissão de um novo parecer, desta feita em grelha própria construída para tal.

Posto isto, entrou-se efectivamente no primeiro ponto da ordem de trabalhos, começando a representante da Segurança Social, Dr.^a Joaquina Montinhos por clarificar que o Dr. José Guerra é director do Centro Distrital de Segurança Social de Beja e não presidente como, por lapso, havia sido escrito na acta em apreciação. Seguidamente, usou da palavra o Dr. Matias em representação da CERCICOA para verbalizar a sua discordância relativamente ao parágrafo da acta que descreve a intervenção social, em particular, na área da deficiência como descoordenada e desarticulada. Segundo a sua perspectiva tanto a CERCICOA como Equipa da Intervenção Precoce têm uma metodologia de trabalho que é rigorosamente seguida pelas respectivas equipas técnicas, sendo a APADIJ a nova entidade que se implementou no terreno a que deve procurar conhecer e adaptar à realidade pré-existente. A chefe de gabinete do presidente da câmara usou da palavra para manifestar a sua discordância com os argumentos expendidos pelo Dr. Matias, referindo que o facto de ter surgido uma nova associação a desenvolver trabalho na área da deficiência obriga a uma reestruturação conjunta no

modelo de intervenção, pois numa lógica sistémica esta nova realidade irá produzir alterações no já existente. Em face desta posição e dada a discordância reiterada pelo Dr. Matias, a Dr.^a Sónia Nascimento sugeriu que se retirasse o parágrafo alvo de discordância e que o substituísse pelo seguinte texto: "Perante a estratégia pretendida ao nível da intervenção social, o Sr. Presidente propõe...." A proposta mereceu consenso por parte de todos os membros, tendo de seguida o presidente submetido a acta a votação do Conselho, que se pronunciou favoravelmente, à excepção do Sr. Manuel António Domingos que se absteve por ter estado ausente na reunião.

Nesta sequência, o presidente do CLAS colocou à consideração os três pareceres anteriormente elaborados pelo Núcleo Executivo relativamente a cada um dos projectos de criação da valência de Lar de 3.^a Idade a apresentar ao PARES, pelas IPSS's do Concelho. O Sr. Manuel António começou por referir que os documentos ora apresentados eram simples e objectivos e visavam na íntegra os propósitos do CLAS, pelo que, na sua opinião, deveriam merecer aprovação por parte dos presentes. Assim sendo, o Presidente colocou a votação os três documentos (Lar Jacinto Faleiro, Fundação Joaquim António Franco e seus Pais e Lar Frei Manoel das Entradas) tendo os três sido aprovados por unanimidade. Refira-se que a proposta de parecer técnico do Núcleo apontava os três projectos como muito relevantes para o concelho e em particular para a área da 3.^a Idade, área identificada como de intervenção prioritária em sede de Diagnóstico Social e de Plano de Desenvolvimento Social do concelho.

Estavam pois reunidas as condições para encetar o terceiro ponto da ordem de trabalhos. No quadro deste item o Sr. Presidente voltou a solicitar contributos aos parceiros para ainda integrar no Plano de Acção que se encontra em fase de construção, sendo que este processo deve ser participado e dinâmico. Informou, seguidamente os parceiros que se vai proceder, no próximo dia treze do corrente mês, à instalação formal da Comissão de Crianças e Jovens em Risco de Castro Verde. O Sr. Paulo Madureira aproveitou para questionar a representante da Segurança Social acerca da marcação da reunião que o Sr. Presidente havia solicitado com o propósito de conferir alguma articulação à estratégia de intervenção junto da pessoa com deficiência. A Dr.^a Joaquina Montinhos referiu que a reunião já estava agendada para o próximo dia quinze do corrente e que iria acontecer na Segurança Social em Beja e que irá contar com a presença da APADIJ, CERCICOA e Intervenção Precoce. Seguidamente, o Dr. Matias informou a parceria que a CERCICOA também tem uma reunião calendarizada para o dia 14 do corrente, com a APADIJ no sentido de articular linhas de actuação. Já em jeito de remate o Sr.

Presidente informou que a Associação Nacional de Municípios está em fase de negociações com a Administração Central na perspectiva da transferência para os municípios de competências nas áreas da acção social, educação e saúde. Se na área da saúde essa transferência lhe coloca algumas reservas, na área da acção social as novas competências são bem vindas, nomeadamente no que à 3.ª idade diz respeito, obrigando, no caso de se concretizar a uma redefinição do papel do CLAS, deixando de ter apenas uma dimensão de fórum consultivo para passar a ter um papel mais dinâmico e interventivo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrará acta que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.